**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CAMINHÕES, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS.**

**1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** Este termo de referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no Dec. Mun. nº145 de 23 de dezembro de 2009 e Dec. Mun.n. º015 de 17 de fevereiro de 2017 e Dec. Mun. n.º 70 de 09 de julho de 2019.

**1.2.**O **Município de Santo Antônio de Pádua,** pretende **registrar preços** para**futura eeventualaquisição de peças para a manutenção preventiva e corretiva dos** **CAMINHÕES, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS, em atividade nas Secretarias Municipais de Transportes e Mobilidade – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural–Secretaria Municipal de Agricultura** – **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Defesa Civil – Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Iluminação Pública e os veículos cedidos pela EMATER**, **em atividade no município**, com observância do disposto na Lei nº 10.520/02e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93, e nas demais normas legais e regulamentares.

**1.2.**O presente Termo de Referência objetiva propiciar a caracterização do objeto a ser solicitado, no tocante à cotação de preços praticados no mercado, às especificações técnicas, à estratégia de suprimento e o prazo de execução.

**2. DO OBJETO:**

**2.1.** O objeto deste Termo de Referência é o Registro de Preços para **futura e eventual aquisição de peças para a manutenção preventiva e corretiva deCAMINHÕES, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS, em atividade nas Secretarias Municipais de Transportes e Mobilidade – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural – Secretaria Municipal de Agricultura – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Defesa Civil – Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Iluminação Pública e os veículos cedidos pela EMATER, todos estes movidos a diesel, em atividade no município, relacionadas no APÊNDICE I -** com estrita observância de todas as exigências, prazos, especificações e condições gerais e especiais contidas neste Termo de Referência.

**2.2.** O presente Termo de Referência é para o registro de preços para atender a Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade, com o objetivo de manter em pleno funcionamento os **CAMINHÕES, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS**, em atuação no município e assim a continuidade da prestação dos serviços públicos em que são utilizadas.

**2.3.**As solicitações se verificarão em função da necessidade e interesse de cadasecretaria solicitante participante do registro.

**3 – JUSTIFICATIVA**

As peças de reposição podem economizar muito tempo e problemas. Ao substituir uma peça com defeito ou desgastada, ajuda-se a frota veicular a durar mais, tornando-os mais eficiente e economizando tempo e dinheiro.

A frota sem a peça de reposição perfeita, não funcionará como costumava originalmente. Há também grandes chances de mau funcionamento, baixa durabilidade e danos a todo o equipamento.

As peças de reposição são uma alternativa às peças de fábrica para praticamente todos os equipamentos pesados. Essas peças saem depois que o equipamento chega ao mercado.

Os fabricantes seguem os mesmos designs da peça de fábrica e, muitas vezes, aproveitam esta oportunidade para fazer melhorias.

Aprimoramentos típicos incluem o uso de diferentes composições de metal, melhorias no projeto ou alterar os processos usados para produzi-los.

As peças de reposição podem oferecer uma excelente relação custo-benefício e, sabendo como selecionar o melhor fornecedor, a compra será benéfica.

A frota em atuação na municipalidade é usada diariamente na prestação dos serviços públicos voltados a coletividade, tais como: Auxílio em obras de infraestrutura geral, na conservação e manutenção de estradas rurais, no recolhimento de entulhos, na assistência a agricultura rural e também com assistência emergencial nas épocas de transbordo do rio Pomba, que assola a cidade com alto volume de águas causando grandes transtornos aos munícipes, não se restringindo somente os ribeirinhos, em funções diárias de transporte e distribuição de insumos, assim como em outras áreas essenciais, que mesmo não citadas, não as tornam menos importantes.

Como, brevemente exposto, seja pelo uso diário ou por eventos adversos, as mesmas necessitam de manutenção periodicamente de forma a prevenir ou reparar danos causados à sua estrutura mecânica e funcionamento, motivo pelo qual se faz, essencial a realização de registro de preços para o fornecimento desse tipo de material, que ora solicitamos, visto que não há outra opção de solução a não ser a solicitada, visto que os caminhões, caminhonetes e utilitários são propriedades do município e a não aquisição de peças pode acarretar na interrupção ou até mesmo na paralização da prestação dos serviços públicos, que necessitam dos mesmos para sua realização e consequentemente no alcance do interesse público.

Ressalta-se ainda, o alto valor dos veículos e o enorme prejuízo ao município que pode ser ocasionado, pela ausência de manutenção destas. Lembrando que a paralização da frota, pode acarretar consequências em demais partes, devido ao seu não uso.

O objetivo para aquisição é garantir a disponibilidade da função dos equipamentos de modo a manter a prestação dos serviços, com confiabilidade, segurança e custo adequados. Dentre os principais benefícios pela aquisição de peças para o funcionamento pleno, podem ser citados a redução do número de falhas mecânicas, a garantia de que o equipamento atingirá a vida útil para a qual foi projetado e o maior valor residual do equipamento usado no momento de disponibilidade do mesmo, quando assim entender ser melhor, a administração.

**4. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE E AMPLA CONCORRÊNCIA**

**4.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte, para utilizar as prerrogativas estabelecidas na **Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006,** deverá, por ocasião do credenciamento, apresentar, separadamente e fora dos envelopes de habilitação e proposta de preço, declaração de que ostenta essa condição e de que não se enquadra em nenhuma das hipóteses enumeradas no **§4º do artigo 3º do referido diploma legal**, preferencialmente nos moldes do **Anexo VII.**

**4.2.** A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar, mediante inclusão no Envelope “B” (Habilitação), os documentos de regularidade fiscal ainda que haja alguma restrição, nos termos do **artigo 43 da Lei Complementar nº123/2006.**

**4.2.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida no presente edital, será assegurado à microempresa e empresa de pequeno porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for considerada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério do **Município de Santo Antônio de Pádua**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e apresentação de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**4.3.** A ausência de regularização da documentação no prazo previsto na cláusula anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **artigo 81 da Lei Federal nº8.666/93,** sendo facultado ao **Município de Santo Antônio de Pádua** convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato.

**4.4.** Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte **(artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006).**

**4.4.1.** Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço.

**4.5.** Havendo empate na forma da cláusula anterior, serão adotados os seguintes procedimentos:

**4.5.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**4.5.2.** Não ocorrendo apresentação de proposta na forma da cláusula anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, respeitando-se a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**4.5.3.** Havendo equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**4.6.** Na hipótese de não viabilizar a contratação de acordo com os procedimentos estabelecidos nas cláusulas anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**5. ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CUSTOS ESTIMADOS**

**5.1**. As quantidades previstas foram pré-estabelecidas pela **SEMUTRAM**e o quantitativo estimado a partir das quantidades utilizadas no exercício anterior.

**5.2.** O custo estimado do material foi calculado com base em cotação média obtida perante empresas do ramo da atividade, dada a peculiaridade das peças de cada máquina.

**5.3.** A especificação, quantidade estimada e preço médio de referência, estão definidos no **APÊNDICE I.**

**5.4.** As peças e acessórios deverão ser novos, genuínos ou originais, sendo vedada a utilização de peças recondicionadas.

**6. RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

**6.1.** As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente correrão à conta das dotações orçamentárias enviadas pelas Secretarias participantes e averiguadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, conforme **APÊNDICE II.**

**7. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO E PARA O FORNECIMENTO DEPEÇAS.**

**7.1.** A vencedora do certame licitatório deverá dentro do prazo máximo de **05 (cinco) dias** retirar a nota de empenho após a convocação realizada pelaSecretaria solicitante.

**7.2.** O prazo para **fornecimento** é de **02 (dois) dias**, contados a partir da emissão da **nota de empenho**, prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, nas hipóteses previstas na **Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores.**

**8 - DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇO**

**8.1**. Adotar-se-á comocritério de aceitabilidade de preço os **valores constante do Apêndice I deste Termo de Referência,** desclassificando-se as propostas com preços que não atender as exigências deste Termo de Referênciaou sejam inexequíveis, assim considerado, aquele que não venha a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto da licitação.

**8.2.** Adotar-se-á comocritério de aceitabilidade de preço, desclassificando-se as propostas com preços que excedam esse limite estabelecido ou sejam inexequíveis, assim considerado, aquele que não venha a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto da licitação, conforme dispõe o **artigo 48, II da Lei Federal nº8.666/93.**

**9 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**9.1**. O critério de julgamentoé o de **maior percentual de desconto ofertado sobre os valores constantes no APÊNDICE I, sendo a adjudicação realizada por item,**com estrita observância de todas as exigências, prazos, especificações e condições gerais e especiais contidas neste Termo de Referência, não se admitindo proposta com preços irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado acrescidos dos respectivos encargos.

**10. PRAZO DE ENTREGA, DE GARANTIA E DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS**

**10.2.1.** O prazo de entrega dos materiais **é de no máximo 2 (dois dias) úteis** contados a partir da data de emissão da Nota de Empenho.

**10.2.2**. Por prazo de entrega entende-se o prazo considerado até que os materiais sejam descarregados e recebidos no local de entrega fixado pelo CONTRATANTE.

**10.2.3**. Qualquer alteração do prazo de entrega dependerá de prévia e expressa aprovação, por escrito, do CONTRATANTE.

**10.2.4.** As peças devem ser entregues na sede da Secretaria solicitante, conforme endereços constantes no **APÊNDICE III.**

**10.3. PRAZO DE GARANTIA DA SUBSTITUIÇÃO DAS PEÇAS**

**10.3.1**.O prazo de garantia da substituição das peças, objeto deste Termo de Referência, é o fixado pelo fabricante, sendo o mínimo aceitável de **90(noventa) dias**, conforme prevê o código de Defesa do Consumidor - Lei n.º 8.078/1990 -de acordo com o certificado expedido pelo mesmo, contados a partir do recebimento e atestação definitiva do objeto pelo CONTRATANTE.

**11. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS**

**11.1.**O prazo máximo para a CONTRATADA efetuar a substituição, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, de todo e qualquer material que durante o período de garantia venha a apresentar defeito de fabricação, é de **02 (dois) dias**, a partir da data da comunicação pelo CONTRATANTE.

**12. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E EXECUÇÃO DATA**

**12.1** Homologado o certame e adjudicado o objeto da licitação à empresa vencedora, essa deverá dentro o prazo máximo de **05 (cinco) dias** assinar a ata de registro de preços após a convocação realizada pelo **Município de Santo Antônio de Pádua.**

**12.2**. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Órgão para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de **05 (cinco) diasúteis,** a contar da data de seu recebimento.

**12.3.** O prazo estabelecido para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

**12.4.** A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto pretendido, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência de seu fornecimento, em igualdade de condições.

**12.5.** O prazo de execução do objeto é de **12 (doze) meses**, sem interrupção e prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas na **Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores,** especialmente os motivos elencados no **§1º do artigo 57 do referido diploma legal**.

**12.5.1.** O início da contagem do prazo deverá coincidir com a data da assinatura da ata por ambas as partes.

**13.FORMA DE FORNECIMENTO DE PEÇAS:**

**13.1.** O fornecimento deverá ser realizado de acordo com a necessidade das Secretariasparticipantes, através de requisições ao Órgão Gerenciador e posterior averiguação a Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

**14 – DA HABILITAÇÃO**

**14.1.1. Habilitação Jurídica:**

**a)** Registro Comercial, no caso de empresa individual;

**b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

**c)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;

**d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato registrado ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**14.2 Regularidade fiscal e trabalhista:**

**14.2.1.Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e União**, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, em vigor, expedida pela Secretaria da Receita Federal (Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), ououtra certidão equivalente, na forma da lei;

**14.2.3Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual**, mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal, em vigor, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede da licitante, ou outra certidão equivalente, na forma da lei;

**14.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal, em vigor, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda da sede da licitante, ou outra certidão equivalente, na forma da lei;

**14.2.5**. Prova de regularidade relativa à Previdência Social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND), em vigor, expedida pelo Ministério da Fazenda através da Receita Federal do Brasil, ou outra certidão equivalente, na forma da lei;

**14.2.6. Prova de regularidade relativa ao FGTS** (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), em vigor, expedida pela Caixa Econômica Federal, ou outra certidão equivalente, na forma da lei;

**14.2.7.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

**14.2.8.**Declaração informando o cumprimento do disposto no **inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal,** expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, preferencialmentenos moldes do **Anexo III.**

**14.3. Qualificação Técnica**

**14.3.** Atestado(s) de Capacidade Técnica da licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove, de maneira satisfatória, a aptidão para desempenho de atividades pertinentes ao objeto a ser licitado.

a) No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

b) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

**15 – DO PAGAMENTO**

**15.1.** O pagamentoserá efetuado em até **30 (trinta)** dias, medianteadimplemento de cada parcela da obrigação, através de transferência, em conta bancária indicada por intermédio da apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

**15.2.** Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, serão devidos pelo Contratante 0,033%, por dia, sobre o valor da parcela devida, a título de **compensação financeira.**

**15.3.** Por eventuaisatrasos injustificados, serão devidos à Contratada, **juros moratórios** de0,01667%ao dia,alcançando ao ano 6% (seis por cento).

**15.5.** Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, a Secretarias participantes farão jus a um desconto de 0,033% por dia, a título de **compensação financeira.**

**16. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

**16.1.** A Contratada, além das obrigações elencadas no presente Termo de Referência e as resultantes da observância das Leis 8.666/93 e 10.520/02, obriga-se a:

**16.1.2.** Repor a peça, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o objeto rejeitado, pela fiscalização do contrato;

**16.1.3.** Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

**16.1.4.** Fornecer as peças corretas, conforme solicitado e manter profissional(is) qualificado(s), dentro de elevados padrões de qualidade e observando os procedimentos técnicos recomendados pelos fabricantes e legislação vigente sobre segurança do trabalho;

**16.1.5.**Substituir, às suas expensas, o objeto rejeitado pela Contratante, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções derivadas da fabricação, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido dos veículos;

**16.1.6.** Responder por todo e qualquer dano material ou pessoal havido em decorrência de culpa ou dolo de empregados ou prepostos da Contratada, no fornecimento do objeto, sendo-lhe assegurada defesa prévia;

**16.1.7.**Dar ao fornecimento das peças, objeto deste certame especial prioridade para sua execução, salvo motivo de força maior devidamente comprovado;

**16.1.8.** Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**16.1.9** Responder por todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços e produtos fornecidos;

**16.1.10.** Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos artigos 3º e 6º do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto n.º 61.784, de 28.11.67. A inadimplência da Contratada para com estes encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato, ficando ciente de que não estabelece, por força do objeto deste Termo de Referência, qualquer relação de emprego entre a Contratante e os empregados que a Contratada fornecer para execução do objeto;

**16.1.11.** Estar em dia e em situação regular no Cadastro de Fornecedores do Município, quando da assinatura do contrato e da apresentação das faturas;

**16.1.12.** Atender prontamente quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da contratação, permitindo, inclusive, a entrada em sua oficina do Fiscal de Contrato para avaliar as condições do local e dos equipamentos necessários à boa execução do contrato;

**16.1.13.** As atividades constantes do contrato são de exclusiva competência e responsabilidade da Contratada, mas as mesmas podem ser acompanhadas e fiscalizadas pela Contratante a qualquer instante e sem aviso prévio;

**16.1.14.** Emitir notas fiscais de material para os objetos fornecidos, correspondentes a cada empenho de despesa;

**16.1.15.** Garantir o perfeito funcionamento dos objetosfornecidos pelo período mínimo de **90 (noventa) dias**, que valerá mesmo quando este ultrapassar a data de encerramento do contrato;

**16.1.16.** A Contratada não responderá pela garantia dos objetos fornecidos se eventual reincidência do defeito for causada por danos provocados por quebra proposital ou uso inadequado dos veículos por parte de funcionários da Contratante, devidamente comprovado, ou se a Contratante fizer qualquer tipo de alteração nas especificações técnicas dos veículos, não recomendadas pelo fabricante;

**16.1.17.** Manter preposto junto à Administração, para representá-la quando da execução do contrato e atuar junto à Contratante, que tenha poderes para tratar de assuntos relacionados ao objeto e garantir o bom andamento dos mesmos bem como a correção de falhas eventualmente detectadas, o qual terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao Fiscal de Contrato e tomar as providências pertinentes;

**16.1.18.**Que seja fornecido ao fiscal do contrato, quando solicitado, um relatório de peças substituídas, durante o tempo de vigência da ata de registro de preços;

**16.1.19.** Cumprir fielmente o que estabelecem as cláusulas e condições do contrato, de forma que o material a ser fornecido mantenham os veículosem condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento,

**16.1.20.** Fornecer na quantidade requisitada e quando autorizado pelo CONTRATANTE através da **Órgão Gerenciador**, as peças novas, de primeiro uso (não recondicionados, reformados ou de mercado paralelo) de linha de montagem do modelo da máquina indicada;

**16.1.21.** Apresentar as peças em suas embalagens originais de fábrica, não podendo estar violadas, constando inclusive a identificação do fabricante, especificações técnicas e termo de garantia da mercadoria, tudo de acordo com o Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078, datada de 11/09/1990;

**16.1.22.** Que os materiais sejam entregues e descarregados de acordo com o endereço de cada órgão solicitante, conforme relação de endereços elencados no **APÊNDICE III.**

**16.1.23.** O fornecimento de novas peças ou acessórios exigidos em virtude de leis ou determinações dos órgãos reguladores competentes;

**16.1.24.** Fornecer o certificado de garantia com o prazo estipulado pelo fabricante.

**16.1.25.** Dado o interesse público na utilização dos veículos, que seja dada prioridade no seu atendimento, quando da unidade da peça solicitada e terceiros interessados na mesma.

**16.1.26.**Garantir que o estoque de peças no almoxarifado da empresa, esteja sempre abastecido, com peças de uso comum nos veículos, de forma a garantir a execução do contrato, bem como a mais célere resolução do problema.

**17.OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**

**17.1**. Além das obrigações resultantes da observância das Leis 8.666/93 e 10.520/02, são obrigações da Contratante:

**17.1.1.** Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias para o bom andamento do objeto dentro das normas estabelecidas pelo edital e pelo contrato, fornecendo as peças que forem necessárias;

**17.1.2.** Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto;

**17.1.3.** Emitir as autorizações de fornecimento de peças necessárias, numeradas em sequência e assinadas pela autoridade competente;

**17.1.5.** Autorizar a inclusão de novas peças ou acessórios exigidos em virtude de leis ou determinações dos órgãos reguladores competentes.

**17.1.6.** Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, inclusive quanto à continuidade do fornecimento do objeto que, ressalvados os casos de força maior devidamente justificados e aceitos pela Contratante, não deve ser interrompida;

**17.1.7.** Exercer a fiscalização do objeto por servidor especialmente designado e documentar as ocorrências havidas;

**17.1.8.** A Contratante poderá sustar, rejeitar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer peça que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;

**17.1.9.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

**17.1.10.** Analisar e atestar os documentos de cobrança apresentados pela Contratada, pelos objetos fornecidos, por meio de representante designado. Caso haja incorreção dos documentos recebidos, os mesmos serão devolvidos à Contratada para as devidas correções. A nova contagem dos prazos para análise, ateste de fatura e pagamento recomeçará quando da reapresentação dos documentos devidamente corrigidos;

**17.1.11.** Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais;

**17.1.12.** Comunicar à Contratada qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto;

**17.1.13.** Efetuar mensalmente o pagamento do quantitativo do objeto fornecido,

**18. DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**18.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores**, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**18.2.** A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

**18.3.** A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA quanto à integridade e à correção da execução do objeto a que se obrigou, suas consequências e implicações perante o CONTRATANTE, terceiros, próximas ou remotas.

**18.4.** A execução do contrato será acompanhada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O servidor designado pelo CONTRATANTE irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

**18.5.** A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.

**18.6.** Ficará a cargo da **Secretaria solicitante,** a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas do fornecimento do objeto.

**18.7.** Cabe ao Órgão Participante aplicar, garantia a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

**19. SUBCONTRATAÇÃO**

**24.1.** Conforme estabelecido no **Artigo 72 da Lei Federal no 8.666/93**, é vedada a subcontratação da totalidade dos serviços objeto da licitação**.**

**20. DAS SANÇÕES**

**20.1.** A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores mantido pela Administração Pública Municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesse edital, no contrato e das demais cominações legais, conforme dispõe o **artigo 7º da Lei Federal nº10.520/02,** quando:

**20.1.1.** Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta,não assinar o contrato;

**20.1.2.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame;

**20.1.3.** Ensejar retardamento da execução do objeto;

**20.1.4.** Não mantiver a proposta;

**20.1.5.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**201.6.** Comportar-se de modo inidôneo;

**20.1.7.** Cometer fraude fiscal.

**20.2.** A Contratada, na hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovado, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

**20.2.1.** Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo;

**20.2.2.** Multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, nas hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza;

**20.2.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com asSecretarias participantes, por prazo não superior a dois anos;

**20.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**20.3.** A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse do **objeto.**

**20.4.** A penalidade de suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 anos poderá ser aplicado à Contratada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos:

**20.4.1.** Reincidência em descumprimento do prazo contratual;

**20.4.2.** Descumprimento parcial total ou parcial de obrigação contratual;

**20.4.3.** Rescisão do contrato;

**20.4.4.** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolos os, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**20.4.5.** Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

**20.4.6.** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**20.5.** As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, sendo asseguradaà Contratada a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa.

**20.6.** Ocorrendo atraso injustificado na entrega do **material**, por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelação.

**20.7.** A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato no prazo estipulado**,** importa inexecução total do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação das penalidades previstas no presente edital, inclusive multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, facultando a Prefeitura Municipalaconvocar a licitante remanescente, na forma do **artigo 64, § 2º da Lei Federal nº8.666/93.**

**20.8.** Os danos e perdas decorrentes de culpa ou dolo da Contratada serão ressarcidos aPrefeitura Municipalno prazo máximo de **03 (três) dias**, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

**20.9.** As multas previstas neste ato convocatório não têm caráter compensatório e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada pelos danos causados a **Sec. Mun. de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural, Sec. Mun. de Agricultura e Sec. Mun. de Transporte e Mobilidade,** ainda, não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas em leie que o contrato seja rescindido unilateralmente.

**20.10.** A multa aplicada deverá ser recolhida dentro do prazo de03 (três) dias a contar da correspondente notificação e poderá ser descontada de eventuais créditos que a Contratadatenha junto as Secretarias participantes, sem embargo de ser cobrada judicialmente.

**20.11.** Constituem motivos para rescisão do contrato, por ato unilateral do Contratante, os motivos previstos no **artigo 78, I a XI da Lei Federal nº8.666/93,** mediante decisão fundamentada, assegurados o contraditório, a defesa prévia e ampla defesa, acarretando a Contratada, no que couber, as consequências previstas no **artigo 80 do mesmo diploma legal**, sem prejuízo das sanções estipuladas em lei e neste edital.

**21. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**21.1.** A revisão e o cancelamento dos preços registrados têm como embasamento legal o Decreto Municipal nº015, de 17 de fevereiro de 2017 artigos 16, 17, 18, 19 e 20 conforme abaixo:

***Art. 16****Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.*

***Art. 17****Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.*

***§ 1º*** *Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.*

***§ 2º*** *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*

***Art. 18****Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:*

***I -****liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e*

***II -****convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.*

***Parágrafo único.*** *Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.*

***Art. 19****O registro do fornecedor será cancelado quando:*

*I - descumprir as condições da ata de registro de preços;*

*II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;*

*III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou*

*IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1.993, ou no art. 7 nº 10.520, de 2.002.*

*Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste artigo, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurando o contraditório e a ampla defesa.*

***Art. 20****O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:*

*I - por razão de interesse público; ou*

*II - a pedido do fornecedor.*